

Resenha de livros

Esta seção se destina à apresentação de resenhas de livros de interesse para a bioética.

A Partilha do Sensível

Rancière J.

São Paulo: Editora 34, 2009

ISBN: 8573263210

Jacques Rancière trabalha com um conceito de política e estética que perpassa a teoria comum de estetização da política, decerto ele possui um conceito muito particular do que ele chama de *la partage du sensible* (partilha do sensível ou distribuição do sensível). A política determina as formas de subjetivação em que se configuram as formas de participação política. E é justamente a participação política quem encontra mais obstáculos à sua realização, devido ao sistema de distribuições sensíveis, que determina quem pode ser ouvido ou visto (1).

Muitas definições de Jacques Rancière são difíceis de traduzir, tal qual adverte a tradutora Mônica Costa Netto. O conceito que será exposto leva em consideração a tradução feita na primeira edição do *O Desentendimento: Política e Filosofia* e as preferências do próprio Rancière em traduzir seu conceito para *partilha*, e não *divisão* do sensível, que aparece em uma tradução posterior da mesma obra (1).

Essa partilha define quem aparece e toma parte no comum, de acordo com sua ocupação, o tempo, e o espaço em que desempenham essa função: definindo assim capacidades e afazeres para o comum. Desta forma Rancière se refere a uma estética da política que se opõe à noção de Walter Benjamin, de uma captura da política pela arte. É uma estética que recorta tempo e espaço, o visível e invisível, a palavra e o ruído, com intuito de definir a arena e o jogo da política como configuração da experiência (2).

A formulação da partilha do sensível é central no pensamento de Rancière, pois une as discussões sobre política e estética, na medida em que o entendimento desta leva em consideração formas de intuição sensível a priori, o que significa dizer que o modo como as coisas se tornam perceptíveis é determinado pelo tempo e espaço. Isso posto, pode-se considerar que tempo e espaço são políticos na medida em que a maneira como aparecem definem configurações de subjetividade e participação política (2).

Rancière apresenta um referencial conceitual platônico e um referencial histórico sobre sua teoria, para defender a questão vínculo da estética e da política a partir do recorte sensível do comum para comunidade, e o que determina as formas do que pode ser visto. A chave para a compreensão da partilha do sensível é a tensão entre uma prática específica da percepção e da sua dependência implícita com objetos pré-concebidos considerados dignos de percepção (1).

Esta tensão é expressa através do conceito que Rancière chama dissenso, que é ao mesmo tempo uma desarmonia na igualdade e uma invisibilidade, qual seja, a incapacidade de ser percebido ou contado. A política ocorre quando alguns elementos fazem desafiar o contínuo da ordem política em vigência. A tarefa própria da política é desafiar o contínuo uma vez que determina uma reconfiguração das condições de percepção, para que a disposição vigente entre percepção e significado seja rompida por esses grupos ou indivíduos da comunidade que exigem entrar na contagem das partes, e ser percebido (2).

A partilha do sensível leva a uma noção de descontinuidade ao criar condições e capacidades de percepção, para indivíduos e comunidades políticas. E, para Rancière a ação política começa quando um indivíduo rejeita o tempo e espaço que ele deveria ocupar: a política consiste em reconfigurar a distribuição do sensível que determina o que é comum a uma comunidade. E um indivíduo pode contestar o status quo argumentando sobre a unidade léxica da igualdade, pois a relação estética com o mundo não depende de privilégios materiais (1,2).

O que Rancière quer mostrar com sua interpretação da estética, é que esta pode ser entendida na aceção de uma suspensão da lógica habitual do próprio sentido em que novas capacidades podem ser descobertas. Logo, em relação à estética, a atitude de um indivíduo permite a ele reorientar seus sentidos no intento de inserir a si mesmo em um reconfiguração do sensível que é própria de sua criação (2).

Rancière considera que a estética contém em si a promessa de filosofar em conexão com a promessa de igualdade, afirmando assim a tradição filosófica de vocação para o discernimento, que em última instância, representará a distinção entre o bem e o mal, enquanto se leva em consideração o outro.

Destarte, Rancière argumenta que a igualdade não é um fim que deve ser perseguido, mas é sim uma pressuposição pela qual se possibilita a existência de formas alternativas de comunidade e comunicação, porque o agente público, ao combater a desigualdade em favor de outros que são percebidos como incapazes de emancipar a si mesmos, apenas reproduz a lógica de dominação do contínuo, e

aqueles continuarão em seu estado de subordinação (3).

Este fato leva Rancière a pensar se existe diferença de inteligências entre as pessoas. Para ele a ideia de igualdade de inteligências deve ser reinterpretada, pois uma pressuposição prematura acerca disso pode interferir negativamente na distribuição do sensível, e por isso ela possui um papel basilar na política. Assim, a pergunta que deve ser respondida não é sobre se há igualdade de inteligências, mas o que se pode fazer tomando essa suposição (3).

Isso posto, a igualdade de inteligências se relaciona intimamente com o ambiente da educação. Rancière concebe dois tipos de professor, o mestre de fato e o mestre ignorante: enquanto o segundo explica o conteúdo ao seu estudante, fornecendo assim uma explicação que depende de sua inteligência, e estabelece uma hierarquia de inteligências, o primeiro promove a conjuntura para que o aluno descubra e desenvolva sua própria capacidade. A isso Rancière chama de emancipação (3).

Há desigualdade na manifestação da inteligência em conformidade com a quantidade de energia comunicada à inteligência pela vontade de descobrir e fazer novas relações; mas não pode haver hierarquia quanto à capacidade de inteligências. E a emancipação abre espaço para tomar ciência dessa igualdade natural, e é isso que abre as portas para novos terrenos do conhecimento (2).

A política existe justamente porque aqueles que não possuem o direito de serem contados como falantes, de alguma forma fazem de si parte da conta: forçando a constituição de uma comunidade embasada no fato de enunciar um conflito comum, que é em si uma contradição de dois mundos em um só: o mundo da hierarquia e o mundo da igualdade (2).

Fora do escopo da igualdade, as formas de partilha são opostas às políticas, e a isso Rancière chama de polícia: que consiste mais em uma regra que governa ao indivíduo em seu grau de perceptibilidade, do que em uma configuração de sua ocupação e das propriedades dos espaços onde essas ocupações são distribuídas (2).

A polícia mantém a ficção de que alguns não podem ocupar determinados espaços na comunidade, e a política, em oposição, quer dar uma parte àqueles sem parte. Rancière, com esse conceito de política, quer apresentar o demos, o objeto que é próprio da política: enquanto a polícia está definindo a polis como uma comunidade unificada, a política quer contestar essa definição de comunidade (2).

A política é a ruptura desse modelo de comunidade baseada na igualdade universal, é a resistência contra dominação proveniente daqueles que são excluídos da política. Em seu livro

O Desentendimento, Rancière constata que a fraqueza da política contemporânea reside no fato desta se basear no consenso, que é um termo que ele entende ser o meio pelo qual o governo tenta prevenir a ascensão do objeto próprio da política (2).

O contrário do consenso é o dissenso, em que Rancière (1) caracteriza a relação que existe entre a política e a estética. O que essas atividades fazem, cada uma a sua maneira, é afetar a redistribuição do sensível, o dissenso rompe com formas de identidade e com hierarquias de discursos. Ele trabalha para introduzir novos conteúdos e objetos no campo da percepção.

Rancière (1,2) pressupõe que, como política e estética reordenam a percepção do espaço e rompem com formas de pertencimento, pode-se mostrar que a política tem uma dimensão estética e a estética tem uma dimensão política. A teoria de Rancière se diferencia pela forma como concebe a lógica do rompimento como um processo de igualdade.

O consenso, para Rancière (2), é determinado por aquilo que é próprio, e a distribuição das partes próprias ou impróprias que implica. E essa diferenciação do que é próprio ou impróprio presta-se a separar o político do social e definir distribuições hierárquicas para que o discurso de todos seja determinado em termos do lugar próprio que ocupam e da atividade que exercem em relação à sua função própria.

O consenso consiste em corresponder uma *poesis* (forma de fazer) com uma *aisthesis* (horizonte de efeitos). Assim a essência do consenso pode ser entendida como a suposição de que haja uma identidade entre o sentido e a sensação, entre um fato e sua interpretação, e assim por diante. O dissenso, pelo contrário, possui uma lógica que tenta demonstrar uma impropriedade que desarranja a identidade e revela um lapso entre a *poesis* e a *aisthesis* (1,2).

Por consequência, a política consiste em mascarar as fronteiras do que é considerado político e o que é próprio do domínio da vida social ou privada. Para Rancière a política e a arte consistem apenas nos efeitos de igualdade que encenam, ela não podem abrigar integralmente dentro de si o princípio de realização de uma nova ordem social.

Pedro Gomes

Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil

pedro.gomes.01@gmail.com

Referências

1. Rancière J. A partilha do Sensível: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2ª Ed, São Paulo; Editora 34, 2009. p.72.
2. Rancière J. O Desentendimento – política e filosofia. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo; Editora 34, 1996. p.144.
3. Rancière J. O Mestre Ignorante - Cinco lições sobre emancipação intelectual. Tradução: Lilian do Valle. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2007.p. 192.